

QUAL AMÉRICA LATINA? OS LIVROS DIDÁTICOS E SUAS REFERÊNCIAS TEÓRICAS PARA A CONSTRUÇÃO DA REGIÃO

Wagner da Silva Dias¹

Resumo

Procuramos analisar em nosso trabalho o conteúdo referente à América Latina em três livros didáticos, além de suas referências e bases teóricas. Verificamos que, exatamente por se buscarem elementos unificadores para toda a região, estão ausentes discussões como: as origens do termo “América Latina”, a proposta inicial de sua formação e a pertinência dessa região para o conjunto de países que a integram, tendo em vista a diversidade – aspectos físico-geográficos, níveis de desenvolvimento socioeconômico, nacionalidades e identidades étnicas – que eles apresentam. Dessa forma, o presente trabalho constatou a necessidade de uma reformulação do conteúdo, menos simplificadora e mais questionadora da “realidade latino-americana”. Assim, ao contrário de continuar a busca por elementos que justifiquem a existência de uma região chamada América Latina, esperamos que se busquem outros critérios para uma regionalização menos generalizante, inclusive questionando se América Latina seria um recorte adequado para o ensino de geografia.

Palavras-chave: Geografia escolar. Livro didático. América Latina.

¹ Mestre em Geografia Humana. Universidade de São Paulo – Brasil. Email: wagnerdias@usp.br

Introdução

*-Cubanos, colombianos, bolivianos, argentinos, são todos mexicanos, certo?
-Não mesmo!
-...todos ao sul da fronteira!
(trecho do filme Um dia sem mexicanos)*

Atualmente, a América Latina aparece em discursos, no senso comum, no noticiário, como um região com características ímpares em relação ao resto do mundo e, ao mesmo tempo, dotado de uma certa homogeneidade entre os países a integram. Curioso é perceber que, ao nos depararmos com a bibliografia especializada, poucas são as vezes que empregam alguma crítica à este rótulo. Na maioria das vezes, a ideia de América Latina enquanto região homogênea é aceita sem nenhuma crítica. Dias (2009) aponta, por exemplo, para o grande esforço dispensado nos livros didáticos de Geografia para justificar uma certa homogeneidade entre os países da região, o que de um certa maneira ecoa e dá continuidade para concebermos a América Latina naqueles termos. Invariavelmente, a região é situada no Sul subdesenvolvido, apresenta determinadas características dessa condição originadas a partir da colonização de exploração e do domínio externo. Logo, um conjunto de 33 países estaria rotulado com o gentílico latinoamericano, que se tornaria sinônimo das citadas características.

Apesar de parecer o contrário, a invenção da América Latina é recente e sua institucionalização data da criação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)², em 1948. No entanto, nos deparamos constantemente com análises sobre a "América Latina colonial"³, mesmo que no período analisado o nome da região ainda não havia sido concebido. É com esta postura, de entender esta região como algo "natural" e que sempre existiu, que a ideia de América Latina homogênea vem sendo praticada nas mais diversas áreas do conhecimento e nos meios de comunicação como uma questão dada, seja nos meios acadêmicos, seja no senso comum.

² Nota-se que o nome da Comissão diretamente exclui o Caribe do que se entende por América Latina

³ Ver os volumes sobre a América Latina do historiado inglês Leslie Bethel, em que se pratica este nome desde o século XVI.

Portanto, neste pequeno esforço introdutório, deixamos transparecer algumas questões que serão recorrentes neste trabalho, sobretudo quanto à pertinência da pretensa homogeneidade da América Latina nos livros didáticos de geografia.

Uma reflexão sobre a região latinoamericana

A ideia de América Latina apresenta não só certa imprecisão na delimitação geográfica, mas também no sentido de uma identidade regional. Surpreende-nos que o nome da região continue sendo usado com muita naturalidade, apesar de dotado de um significado vago, impreciso. Ao questionarmos a existência de uma América “latina”, fica evidente a artificialidade com que o nome dessa região se propagou e ganhou uso corrente.

Não só o nome, mas o estereótipo da América Latina e do latino-americano ganhou proporções mundiais, mesmo que nos países integrantes dessa região não houvesse sequer a clareza de uma identidade nacional, que dirá supranacional. A ideia de América Latina, para se manter com tal naturalidade, necessariamente invoca estereótipos e traços generalizantes na cultura, economia, sociedade, etc.

Dentro das diferentes concepções de região, pautadas por Lencioni (2009), percebemos um emaranhado de critérios que nunca poderiam dar unidade a uma América Latina homogênea. Ainda há discordâncias quanto à delimitação geográfica da região, isto é, se o Caribe e outros países fariam parte ou não, ao mesmo tempo em que, ao falarmos de uma América Latina sem presença definida no território do continente americano, podemos incorrer numa ideia muito mais conceitual, perdendo seu sentido geográfico regional. Walter Mignolo, em seu trabalho, desenvolve uma análise sobre a América Latina descolada do território. Segundo o autor, "uno de los objetivos que me he propuesto para este ensayo es tratar de separar el nombre del subcontinente de la imagen cartográfica que tenemos de él" (MIGNOLO, 2007, p. 15-16). Assim, é possível conceber a América Latina enquanto ideia e não como territorialidade, o que pode tornar inviável compreendê-la como região, enquanto categoria de análise.

Além disso, atualmente o termo América Latina, usado cotidianamente, apresentase descolada da proposta original de sua invenção, associada sobretudo às discussões do panlatinismo na França, no século XIX, e do temor em relação à expansão e intervenções estadunidenses no México e na América Central, fatos que alimentaram as discussões da elite hispano-americana da época acerca de uma provável aliança ou unidade. É importante frisar que tratava-se de um projeto da elite, pois a reivindicação da palavra "latina" junto de América, nada mais era que a identificação com a civilização européia, ibérica, e por isso excluía as populações indígenas e afrodescendentes. Para não correr o risco da omissão, é preciso dizer que o Brasil estava excluído das discussões sobre o latino-americanismo no século XIX, quando a ideia de América Latina estava diretamente relacionada à América Hispânica.

Notamos que, para cada característica assumida como geral para a região, é preciso relacionar uma série de exceções caso se deseje uma análise séria. A questão é: o que fazer com as exceções? Dias (op. cit., p. 118), elenca uma série de questionamentos acerca deste fato.

"A través dos dados estatísticos, da qualidade de vida da população, do tipo de colonização, parece ter sido criada a América Latina. A partir daí, bastava definir padrões gerais para incluir os países que faziam parte deste conjunto. Nesse procedimento há um enorme problema: o que fazer com as exceções? Elas mereceriam fazer parte da América Latina? Quando afirmamos que a expectativa de vida é baixa nos países latino-americanos, deveríamos excluir Uruguai e Argentina, por exemplo? Quando afirmamos que o IDH dos países latinoamericanos são medianos devido aos bolsões de pobreza, deveríamos excluir Barbados e Chile, entre outros? Seria correto dizer que as economias de Brasil, Argentina e México são latino-americanas como as de Granada, São Cristóvão e Névis e Dominica (e, para o caso de não incluirmos o Caribe na América Latina, citamos as economias de Suriname, Guiana e Belize)?"

Desta forma, o que se vê em parte da produção bibliográfica sobre o assunto é a falta de reflexão sobre diferenças gritantes dentro do contexto latino-americano, em que a ideia de uma homogeneidade estereotipada aparece sem nenhum constrangimento. Parece-nos que há um esforço para entender que a América Latina surgiu assim que os europeus ocuparam o continente, instalaram suas colônias de exploração e, mesmo após os processos de independência política, permaneceram subjogando economicamente e politicamente os países da região. Também há pouca reflexão para a ideia de que "se somos pobres é porque nos exploram", uma vez que a participação das elites locais é suprimida, ou então querem nos fazer crer que a exploração se deu unicamente pelo uso da força sem que nenhum grupo social interno aos países houvesse se beneficiado ao longo da história. Acreditamos que isto não é só uma questão de mudança de foco, mas uma omissão grave que isenta as oligarquias ao atribuir a culpa para a nossa condição exclusivamente ao domínio externo.

Ainda neste contexto, notamos um número expressivo de Centros de Estudos Latino-Americanos ao redor do mundo. Mas, o que se estuda nestes locais? A princípio, e assumindo a necessidade de um maior aprofundamento nesta investigação, podemos afirmar que trata-se dos mesmos procedimentos homogeneizantes ao estabelecer parâmetros de investigação para toda a região com dados estatísticos, modelos de análise e conclusões generalizantes. Por outro lado, há estudos sobre países e grupos de países dentro da América Latina, ou seja, esquivando-se da América Latina enquanto unidade geopolítica e abarcando uma escala de análise menor. Esta ideia é desenvolvida por Feres Jr (2005, p. 16), em que aponta para uma modalidade que estuda "algum lugar dentro dos limites da América Latina", portanto seria como estudar as frações de um continente, como uma região dada na regionalização do espaço mundial, assim como estudar algum lugar nos limites da Europa ou da Ásia.

Feres Jr (op. cit.) vai além ao investigar as conotações pejorativas que os latinoamericanos, enquanto habitantes deste subcontinente, possuem nos EUA no momento em que o termo "*latin america*" torna-se corrente neste país. Resumidamente, o latinoamericano aparece como oposição ao anglo-saxão, ou seja, ineficiente, perigoso,

malandro, fraco, etc. Neste enfoque, latino-americano, ou simplesmente "latino", e América Latina são respectivamente o habitante e o território compreendido entre o rio Grande e a Terra do Fogo, entendidos como não-anglo-saxões e por isso dotados de problemas crônicos de desenvolvimento econômico e social. Qual teria sido a contribuição deste estereótipo, para o imaginário do resto do mundo, acerca da América Latina? E para a criação da CEPAL?

Huntington (1997, p. 52) talvez tenha trazido para o debate o que há muito tempo se pensava sobre a América Latina, apesar do autor não ter escrito exclusivamente sobre isso. Ele afirma que esta região não estaria integrada ao mundo ocidental, mas possui uma civilização própria: a latinoamericana.

A América Latina, entretanto, evolui por um caminho bastante diferente dos da Europa e da América do Norte. Um produto da civilização européia, ela também incorpora, em graus variados, elementos de civilizações indígenas americanas que não se encontram na América do Norte e na Europa [...]. A civilização latinoamericana incorpora culturas indígenas, que não existiram na Europa, foram *efetivamente* eliminadas na América do Norte e que variam de importância no México, América Central, Peru e Bolívia, de um lado, até a Argentina e o Chile, de outro”³

Estes são os argumentos para situar a América Latina num mundo diferente daquele conhecido como ocidental. Segundo o autor, a presença das civilizações 3 Grifo nosso. indígenas inviabilizam o projeto ocidentalista nesta região, fazendo dela um mundo a parte da América do Norte. Não será esta a visão corrente sobre a América Latina? O que a reflexão de Huntington possui em comum com as propostas originárias do pensamento latino-americano do século XIX e da criação da CEPAL na década de 1940? Acreditamos que os rótulos invariavelmente partiram de fora e que, "por aqui", assumimos sem nenhuma crítica. Da mesma forma que o projeto inicial de uma América "latina" excluía indígenas e afrodescendentes, Huntington afirma que na América do Norte os índios foram "eliminados

com eficácia", sendo esta sua argumentação principal para incluir este subcontinente no ocidente, ao lado da Europa onde os grupos indígenas eram inexistentes, e assim usa-se o argumento da presença indígena para excluir a América Latina do mundo ocidental.

A institucionalização da região, com a CEPAL, dá à América Latina um enfoque passível de ser tratado pelo viés da geografia política que, ao contrário de resolver a questão, torna-se um complicador: os países da região passam a unificar-se pelos problemas, e os todos os problemas, agora, passam à um problema só, num empenho em suprimir diferenças e dando uniformidades incômodas.

América Latina e o livro didático de geografia

A análise de livros didáticos é de grande importância neste trabalho porque estes são dotados de uma proposta curricular através do encadeamento dos conteúdos, além de seus autores assumirem valores e ideologias. Estes conteúdos possuem um grande raio de alcance, uma vez que, em várias oportunidades torna-se a única fonte confiável de consultas para professores e alunos. Rúa (1992) observa que os livros didáticos costumemente tornam-se as únicas referências para o planejamento anual e das aulas, isso quando não se tornam a própria aula, orientada unicamente pela sequência proposta pelos autores. Assim, os livros são usados para além do que foram concebidos, isto é, um apoio e um dos meios e materiais possíveis para as relações de ensino e aprendizagem. Por isso, nos interessamos pela análise dos livros didáticos e seu poder de divulgação de conteúdos e pontos de vista, sobretudo para questões controversas como a que encontramos com a América Latina.

Nos livros didáticos de geografia, em geral, há um esforço para se definir a América Latina como uma região homogênea a partir de elementos de análise generalizantes, partindo dos mesmos pressupostos apontados anteriormente. Assim, a questão é resolvida da seguinte forma: a América Latina é "latina" porque foi colonizada principalmente por portugueses e espanhóis, foi alvo de colonização de exploração, continua sob domínio do capital externo e das grandes potências econômicas do Norte desenvolvido, constitui um bolsão de pobreza e é marcada pelo atraso econômico e tecnológico. Longe de negar que

estes problemas realmente existam dentro dos limites da América Latina, observa-se, contudo, que a diversidade cultural e socioeconômica é pouco ou nada explorado nas argumentações.

Ocorre que os livros didáticos perpetuam a visão discutida anteriormente, de uma homogeneidade incômoda e estereotipada. Apesar de presente, o conceito de região não é discutido, assim como os critérios para se definir a América Latina como região. Os elementos unificadores, citados no parágrafo anterior, tornam-se suficientes para a caracterização da "realidade latinoamericana". Desta forma, dá-se a impressão que as citadas condições desta realidade foram *determinadas* pelo passado colonial de exploração e que os países da região possuem o futuro comprometido pelo domínio externo. Portanto, para os professores e alunos que acessam estes textos, não há o que fazer pois nossos destinos foram traçados de tal forma que a luta por mudanças na sociedade torna-se inviável. Como observamos, cria-se e perpetua-se a noção de que "somos pobres porque nos exploram", alimentando a ausência de crítica com as elites locais que historicamente se beneficiaram e pouco ou nada fizeram para melhorar a condição de vida da população, deixando de ser devidamente responsabilizadas, enquanto as lutas por mudanças na sociedade continuam sendo travadas contra um inimigo externo, ou contra as conjunturas globais que estariam - supostamente - longe do poder de decisão dos governos locais. Desta forma, cria-se uma espécie de pensamento único latinoamericano ou o nosso "fim da história".

O quadro síntese abaixo poderá ser mais esclarecedor quanto ao conteúdo em questão, pois parte da análise de três coleções de livros didáticos. Assim, poderemos ter uma visão geral de como a discussão se dá nestas publicações, mas que poderíamos ampliar para várias outras coleções com volume de publicações também bastante expressivo. Assim, queremos afirmar que trata-se de uma visão de América Latina que permeia a maior parte das abordagens sobre este conteúdo, dentro das coleções aprovadas pelo PNLD⁴.

⁴ Quadro disponível em Dias (op. cit., p. 112-113), sendo apresentado na íntegra no presente trabalho. As coleções didáticas, apontadas na primeira linha do quadro, são: VESENTINI, José W. & VLACH, Vânia. Geografia Crítica: geografia do mundo subdesenvolvido – 8º ano. São Paulo: Ática, 2009; PROJETO ARARIBÁ. Geografia, 8º ano. São Paulo: Moderna, 2007; ADAS, Melhem. *Geografia: o mundo subdesenvolvido*, 8º ano. São Paulo: Moderna, 2006. Estas coleções foram escolhidas por figurarem entre as

Formação da ideia de América Latina	Geografia: o mundo subdesenvolvido	Projeto Araribá	Geografia crítica: geografia do mundo subdesenvolvido
Origem do nome	Ausente	Ausente	Ausente
Caracterização da América Latina enquanto região	Baseado principalmente no aspecto linguístico, seguido pelo tipo de colonização predominante e situação de dependência.	Baseado principalmente no aspecto linguístico, seguido pelas condições socioeconômicas da população.	Baseado principalmente no tipo de colonização predominante, seguido pela situação de dependência.
Características socioeconômicas	Países com industrialização tardia (Argentina, Brasil e México) e países exportadores de produtos primários e com dependência tecnológica. Parte do Sul subdesenvolvido.	Integra o grupo dos países subdesenvolvidos, caracterizados pelo baixo nível de desenvolvimento econômico, exportadores de matérias-primas e consumidores de tecnologia e produtos industrializados.	Integra o Sul subdesenvolvido em situação de dependência de tecnologias do Norte desenvolvido.
Principais problemas sociais apontados	Fome, miséria e elevadas taxas de mortalidade.	Fome, elevadas taxas de analfabetismo, baixa expectativa de vida e mortalidade infantil.	Taxas de analfabetismo, baixa expectativa de vida, baixa qualidade de vida, falta de moradia e hospitais e baixo consumo diário de alimentos.
Aspectos positivos	Tratados como exceções a partir dos principais problemas sociais e econômicos.	Tratados como exceções a partir dos principais problemas sociais e econômicos.	Países com boa qualidade de vida e economias fortes, dentro do enfoque das diferenças entre países latino-americanos.
Conceitos	Região	Região	Região
Base teórica ao situar a região na ordem mundial	Divisão Internacional do Trabalho (DIT); divisão Norte desenvolvido e Sul subdesenvolvido; subdesenvolvimento e dependência.	Subdesenvolvimento (porém não permeia todo o conteúdo porque é apenas citado).	Divisão Norte desenvolvido e Sul subdesenvolvido; subdesenvolvimento e dependência.

Quadro 1 – Síntese do conteúdo sobre América Latina nos livros didáticos analisados. Elaborado pelo autor.

mais vendidas e, por isso, suas propostas de encadeamento de conteúdos possuem um alcance maior entre professores e alunos.

Observando o quadro acima, podemos evidenciar que as explicações são mais ou menos padronizadas, usando praticamente os mesmos argumentos para os principais problemas e para as características socioeconômicas. Segundo Dias (op. cit., p. 113).

"A característica que provavelmente chama mais a atenção é a ausência total da discussão sobre por que existe uma América "latina". Questões sobre a origem desse rótulo para uma parte do continente sequer foram sugeridas, pois se utilizou como argumento a língua dos colonizadores, principalmente portugueses e espanhóis. [...] Mesmo assim, todos os autores refutaram esse argumento como explicação para a subdivisão do continente entre latinos e anglo-saxões, recorrendo a outros aspectos, como o tipo de colonização, a dependência e os dados socioeconômicos. Sendo assim, a construção da ideia de América Latina, a partir do contexto em que o nome surge, fica abandonada, e cria-se uma região unificada sobretudo pelos problemas. [...] A situação econômica da América Latina também é tratada como um marcante traço generalizante, embora com intensidades diferentes, pelo passado de colonização de exploração e pelo subdesenvolvimento. Descolam-se de tais traços, que os livros didáticos apontam como consequências, todas as situações de desigualdades sociais associadas à baixa qualidade de vida".

Quando se diz que é uma região "unificada pelos problemas", percebemos que há uma carga extremamente negativa nas análises sobre a América Latina. Os aspectos positivos são destacados como exceções aos argumentos generalizantes, como desvios às características predominantes. Portanto, a América Latina não passaria de um produto do período colonial com um ou outro país de destaque positivo, seja no aspecto econômico, seja através dos indicadores sociais.

Conclusões

De acordo com os livros didáticos, a ideia de América Latina não precisa ser discutida, inclusive sua pretensa unidade regional. Esteve totalmente ausente nestes livros a busca pela origem do nome e sua contextualização, assumindo as características de uma região pós-CEPAL, já sob o enfoque do subdesenvolvimento ainda que os argumentos unificadores estejam datados do período colonial (principalmente quando se usa a língua dos colonizadores e o tipo de colonização). Mesmo assim, não há referências de que o nome América Latina teria se institucionalizado e popularizado com a CEPAL.

Algumas questões, se bem trabalhadas, poderiam desmistificar esta homogeneidade: os povos indígenas e afrodescendentes seriam "latinos"? Quem é latinoamericano (gentílico que englobaria mais de trinta países)? Como elencar critérios para caracterizações culturais que abarcaria toda a região? O que fazer com as exceções para cada argumento generalizante? Fariam parte do todo latinoamericano? A quem interessa ser latinoamericano? García Canclini (2008) aponta para a experiência do estranhamento, ou seja, de nos percebemos latinoamericanos quando somos rotulados assim fora da região, e que dificilmente nos identificaríamos assim em nossos próprios países.

Acreditamos que os livros didáticos poderiam apresentar o conteúdo de outra forma, dando um enfoque maior às origens do termo América Latina e questionando se suas características predominantes são realmente unificadoras. As questões anteriores, que não apresentam nenhuma dificuldade para obtermos as respostas, seriam suficientes para repensarmos a realidade latinoamericana, ou a ausência desta devido à grande diversidade encontrada nos limites do que consideramos ser a América Latina.

Há um grande legado de pensadores latinoamericanistas, que deram contribuições para a concepção de um continente possível, a exemplo de Luis Alberto Sanchez, Jose Marti, Manuel Ugarte, entre outros. Talvez a discussão que estes autores trazem em suas obras, tenha mais significado para pensarmos uma concepção de América Latina, mesmo que estejam no plano retórico ou ideológico. Mas, como as controvérsias são

sistematicamente eliminadas dos livros didáticos, os conteúdos continuarão sendo criadores de estereótipos e uniformizadores, e o senso crítico continuará sendo pouco praticado.

Muito se diz que as exigências mercadológicas impõem uma determinada visão ideológica de conteúdos para que o livro didático torne-se vendável. Sobre a América Latina, em específico, nos parece que esta premissa seja determinante para as abordagens apresentadas.

Referências bibliográficas

DIAS, Wagner da Silva. **A ideia de América Latina nos livros didáticos de Geografia.** Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2009.

FERES Jr., João. **A história do conceito de "Latin America" nos Estados Unidos.** Bauru: EDUSC, 2005.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1991.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Latino-americanos à procura de um lugar neste século.** São Paulo: Iluminuras, 2008.

HUNTINGTON, Samuel P. **Choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia.** São Paulo: EDUSP, 2009.

MIGNOLO, Walter D. **La idea de América Latina.** Barcelona: GEDISA, 2007.

RUA, João. **Em busca da autonomia e da construção do conhecimento: o professor de geografia e o livro didático.** Dissertação de mestrado, São Paulo, FFLCH/USP, 1992.